

Governista acha normal impopularidade de Sarney

Josemar Gonçalves



Sant'Anna (F) com Israel Filho, diz que pesquisa ouviu poucos

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), considera normal um Governo passar por momentos de impopularidade, como aconteceu com o presidente Juscelino Kubitschek, e recentemente com Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Esse comentário foi feito em função da pesquisa publicada domingo pelo JBr, da qual consta que apenas 5,5% de 540 entrevistados acreditam que o presidente José Sarney conseguirá superar as crises política e econômica do País.

Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), adverte que as dificuldades de um Governo não podem servir de pretexto para ações golpistas. "As dificuldades de um Governo não podem alimentar nenhuma ruptura do processo democrático. Temos que aceitar a popularidade ou não do governo e concluir o seu mandato", defende Ibsen.

Carlos Sant'Anna acha que a pesquisa é pouco representativa por ter ouvido apenas 540 pessoas, quando o País tem mais de 130 milhões de habitantes.

Credibilidade

Entre os partidos de esquerda,

como o PDT e o PT, a pesquisa demonstra claramente que o presidente José Sarney não tem credibilidade. Segundo o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), Sarney não tem condições de resolver a crise porque não possui base política tanto no Congresso Nacional como na sociedade.

José Genoíno propõe que os partidos políticos coloquem a campanha para a eleição do Presidente da República, marcada para o próximo ano, o mais rapidamente possível nas ruas.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), assim como Genoíno, acha que se fosse feita uma pesquisa idêntica à publicada pelo JBr, entre os constituintes que não são ligados ao Palácio do Planalto, o índice de impopularidade do Presidente da República seria "bem maior". Ele voltou a criticar a decisão da Constituinte de fixar o mandato de Sarney em cinco anos, mas defende que seja mantido o processo democrático. Ele sugere que o próprio Presidente, por total incapacidade de contornar a crise, tome a iniciativa de convocar eleições para sua sucessão, 30 dias após a promulgação da nova Constituição.